

Dispõe sobre a contratação de  
pessoal por tempo determinado  
e dá outras providências.

O povo do município de Simonésia, estado de  
Minas Gerais, por seus representantes, decretou, e eu,  
Prefeito Municipal em seu nome, sanciono a  
seguinte Lei:

Art. 1º Esta lei disciplina a contratação  
de pessoal, a título precário e por tempo  
determinado, para atender necessidade temporá-  
ria e de excepcional interesse público do mun-  
icipio, nos termos do inciso IX, do artigo 3º,  
da Constituição Federal.

Art. 2º A contratação为之 desta lei  
revestir-se-á de ato formal regido pelo  
direito administrativo e observará, quando a  
duração, o prazo máximo de 06 (seis) meses.

Parágrafo único - É vedada a pro-  
pósito de contratos ficarão o executivo  
Municipal, abrigado, neste período, ou seja  
até a extinção deste prazo, a realizar o  
concurso público, nomear, publicar e empregar  
os candidatos aprovados.

Art. 3º - É vedada a contratação de  
mesma pessoa pela administração municipal

~~Artigo~~ que para prestar serviços diferentes, pelo prazo de dois anos, a contar do término do primeiro contrato.

Art. 9º - A contratação para os cargos constantes do anexo I, será precedida de processo iniciado por proposta do titular da sigla do poder executivo municipal, que submeterá ao Prefeito o número de pessoal necessário ao funcionamento da cidade, publicando-se a autorização em a respectiva fundamentação legal, bem como o extrato do contrato no diário oficial do Município ou do estado ou pelos meios usuais de divulgação dos atos da administração dos Municípios da Timoneira.

Iº - constarão obrigatoriamente das propostas de contratação de pessoal a que se refere o artigo:

I - justificativa;

II - o prazo;

III - a função a ser desempenhada e o cargo a ser ocupado;

IV - a remuneração;

V - a dotação orçamentária;

VI - a demonstração da existência de recursos;

VII - habilitações exigidas para o cargo.

2. A remuneração a que se refere o inciso IV, do parágrafo anterior, não deverá ser inferior ao salário mínimo vigente no país, decretado pelo governo federal.

Art. 5º: somente poderão ser contratados nos termos desta Lei, os interessados que comprovarem os seguintes requisitos:

- I - ser brasileiro;
- II - ter completado 18 (dezoito) anos;
- III - estar no gozo dos direitos políticos;
- IV - estar quite com as obrigações militares;
- V - ter boa conduta;
- VI - gozar de boa saúde física e mental e não ser portador de deficiência incompatível com o exercício dos trabalhos que lhe serão afetos ou de função;
- VII - Possuir habilitação profissional para o exercício do cargo ou função.

Parágrafo único. O contratado assumirá o desempenho de suas tarefas e atividades no prazo comissionado no contrato, apresentando na oportunidade a comprovação de condições físicas e mentais aptas ao cumprimento das mesmas, nos termos de laudo de sanidade e capacidade emitido pelo órgão médico da Prefeitura ou por médico por esta credenciado.

Art. 6º: Os contratados, segundo a presente Lei, estão sujeitos aos mesmos deveres e

tribuições, inclusive no tocante à acumulação de cargos e funções públicas, e ao mesmo regime de responsabilidade vigente para os demais servidores públicos, nos termos da constituição federal.

Art. 7º. Dos contratados nos termos desta Lei, assistem os mesmos direitos e vantagens dos demais servidores públicos, e que couber.

Art. 8º. Ocorrerá a rescisão contratual:

- i. a pedido do contratado;
- ii. pela conveniência da administração municipal, o juiz da autoridade que concedeu a contratação;
- iii. quando o contratado incorrer em falta disciplinar,

1º: na hipótese do inciso II, neste artigo, o contratado terá direito ao 13º salário proporcional ao tempo de serviço prestado e o pagamento de indenização correspondente ao valor da última remuneração mensal percebida.

2º: A extinção do contrato nos casos do inciso 3º, será comunicada com antecedência de 30 (trinta) dias.

Art. 9º: É vedada à administração Muni-

especial diversos daqueles constantes do contrato, bem como designação especial, nomeações para funções de confiança, apostamentos de qualquer espécie, exceto os compatíveis com a natureza do vínculo.

Art. 10. Os requisitos básicos de contratação, a duração dos contratos, a jornada de trabalho e o descanso do contratado, estão contidas no anexo II, desta Lei.

Art. 11. O tempo de serviço prestado em virtude da contratação nos tempos desta Lei, será contado para todos os efeitos.

Art. 12. As despesas com a execução desta Lei correrão por conta das seguintes dotações orçamentárias:

- Departamento de Obras. 020502106032520463111.00
- Departamento de Saúde - 020601137542820523111.00  
- 0206011375542820813111.00
- Departamento de Fazenda
- Licitações e Cadastro. - 020302030803020313111.00
- Departamento de Transporte... - 0201168853420563111.00  
- 0202041407820623111.00

Art. 13. Fica o Prefeito Municipal autorizado a regulamentar a presente Lei, no que couber, mediante decreto.

Art. 14). Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a 1º de março de 1.999

Art. 15. Revogam-se as disposições em contrário.

Simonésia/MG, 28 de março de 1999

Geraldo Luiz da Terra Pereira  
- Prefeito Municipal.

Anexo I

Cargos de natureza temporária

Denominação do cargo	nº de cargos
----------------------	--------------

Departamento de obras

Operário...	15
Operário brasil...	29

Departamento de saúde

Médico ...	10
Psicoterapeuta	01

Departamento de fiscalização e cadastro

Fiscal de rendas...

01

### Departamento de transportes

Mecânico...	03
auxiliar de mecânica	03

### Adresso II

### Requisitos básicos para a contratação

Requisitos Básicos	Autorização contrato	fornada de trabalho	Período de trabalho
-----------------------	-------------------------	------------------------	------------------------

Qualificação  
profissional,  
ser brasileiro,  
provar sua saúde,  
estar em dia com  
justiça eleitoral  
tempo de serviço  
público municipal (seis meses) e especiais legais  
tempo de serviço  
público estadual,  
tempo de serviço  
público Federal,  
número de filhos  
e idades.

as ser fixado por  
oito horas  
decreto do exer-  
cício das tarefas, respeitadas  
disposições legais as disposições  
público municipal, seis meses) e especiais legais  
tempo de serviço  
público estadual,  
tempo de serviço  
público Federal,  
número de filhos  
e idades.

Geraldo Luiz da Terra Pereira

*Geraldo Luiz da Terra Pereira*

Geraldo Luiz da Terra Pereira  
PREFEITO MUNICIPAL